

#### MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO - MDSA



# CENSO SUAS GESTÃO ESTADUAL

# MANUAL DE PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO Gestão Estadual Secretaria Estadual de Assistência Social

As informações declaradas pelo agente público neste questionário possuem Fé Pública e constituem registros administrativos do Sistema Único de Assistência Social. O fornecimento de informações inverídicas sujeita o agente responsável a sanções administrativas, civis e penais.

RECOMENDA-SE A LEITURA PRÉVIA DESTE MANUAL PARA O CORRETO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Brasília, 2016.

#### **APRESENTAÇÃO**

O Censo SUAS tem a finalidade de coletar informações sobre os padrões dos serviços, programas e projetos de assistência social realizados no âmbito das unidades públicas de assistência social e das entidades e organizações constantes do cadastro da assistência social, bem como sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social, como dispõe o Decreto 7.334, de 19 de outubro de 2010.

O questionário eletrônico da Gestão Estadual deverá ser preenchido pelos municípios no período de **24 de outubro** a **02 de Dezembro**.

Os questionários devem sempre ser preenchidos em papel antes do preenchimento no sistema eletrônico. Dessa maneira, assegura-se que no momento de inserir os dados no sistema eletrônico todas as informações necessárias já tenham sido coletadas e validadas pelos responsáveis.

Para envio das informações ao Ministério, as respostas deste questionário deverão ser fielmente digitadas no sistema eletrônico no endereço <a href="http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas">http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas</a>.

O MDSA recebe as informações do Censo SUAS exclusivamente pelo sistema eletrônico. O questionário em papel, assinado pelo agente público responsável pelas informações prestadas, deverá ser arquivado pelo município pelo prazo de 5 (cinco) anos.

#### Atenção!

A senha de acesso para o preenchimento do questionário eletrônico deve ter perfil de usuário cadsuas.municipio ou cadsuas.estado



Para preencher o questionário eletrônico do CENSO SUAS 2016, os responsáveis devem utilizar o *login* e a senha de acesso aos sistemas da Rede SUAS. Para que o acesso ao questionário eletrônico seja liberado, é necessário que o responsável pelo preenchimento tenha perfil de acesso ao CADSUAS (cadsuas.município ou cadsuas.estado).

Problemas relativos à senha de acesso são solucionados exclusivamente pelo telefone:

## 0800 707 2003

Caso o município tenha alguma dúvida e/ou necessite de algum apoio ou esclarecimento, ele deverá entrar em contato com a respectiva Secretaria Estadual ou, se necessário, contatar o MDS por meio do e-mail vigilanciasocial@mds.gov.br, ou pelos telefones 61 2030-3000/ 3001/ 3118/ 3131/ 3132/ 3133/ 3236, ou ainda pelo 0800 707 2003.

Recomenda-se o uso do navegador Mozilla Firefox para o preenchimento e o envio do questionário eletrônico.

## BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

Nome que identifica o órgão gestor:
O nome que identifica o órgão gestor é a denominação atribuída à Secretaria Municipal a fim de melhor identificá-la. Ex. Secretaria Municipal de Assistência Social.
Por favor, evite usar abreviações.
<b>Tipo de Logradouro (avenida, rua, etc):</b> ( <u>Selecionar o tipo</u> ) Informar a identificação do endereço ex. rua, avenida, praça, quadra, etc. onde se situa a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congênere.
Endereço: Número:
Informar o nome da rua, avenida, praça, quadra, etc. e em seguida o número do local onde se situa a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congênere.
Por favor, evite usar abreviações.
Complemento:
O complemento se refere a alguma informação adicional relativa ao endereço, que seja importante informar para melhor localização.
Por favor, evite usar abreviações.
Ponto de Referência: (Caixa com campo texto) Ponto de referência é um ponto conhecido/estratégico (ex: igreja, comércio, praça, etc) que pode facilitar encontrar o endereço mais facilmente. Ex. Secretaria situada na Praça da Igreja da Matriz.
CEP:
Informe o Código de Endereçamento Postal da Secretaria Municipal de Assistência Social, no seguinte formato nn.nnn-nnn (70.788-090, por exemplo).
Município: (preenchimento automático) Informe o município no qual está situada a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congênere.
<b>UF: (preenchimento automático)</b> Selecione a unidade da federação na qual se situa a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congênere.
E-mail:
Informe o endereço eletrônico da Secretaria Municipal de Assistência Social. Se a Secretaria não possuir um endereço eletrônico, informe o e-mail da Prefeitura Municipal. O e-mail informado deve ser institucional. <i>Apenas na ausência deste pode ser informado e-mail particular</i> .

## BLOCO 2 – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E GESTÃO DO SUAS

1. De acordo com a estrutura administrativa do estado a Secretaria Estadual da Assistência Social caracteriza-se como: <i>(resposta única)</i>
Para responder este item, considere as definições abaixo:  Sobre a gestão da assistência social, considere a gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social e normativas pertinentes.
Secretaria estadual exclusiva da área de Assistência Social (pule para a questão 3)  Refere-se ao órgão gestor que coordena, formula e executa exclusivamente a política de assistência social, não sendo responsável pela coordenação, formulação ou execução de outras políticas setoriais, não estando, portanto, nem associada, nem subordinada à outra política setorial. Portanto, o órgão gestor estadual trata isoladamente da assistência social.
Secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais.
Refere-se ao órgão gestor que é responsável pela coordenação, formulação e execução da política de assistência social, <u>bem como de outras políticas</u> , como: trabalho, saúde, educação, segurança alimentar, entre outras. Para marcar esta opção o respondente deve avaliar se o órgão gestor da assistência social do Estado atua com outra política setorial (por exemplo: trabalho, saúde, educação, segurança alimentar, direitos humanos), <u>desde que não esteja subordinado a esta política</u> . Ambos os setores de governo atuam em conjunto, mas não são subordinados um ao outro.
Fundação Pública <i>(pule para a questão 3).</i>
O órgão gestor é uma fundação pública, ou órgão da administração indireta do estado. As fundações públicas são órgãos da administração indireta, com personalidade jurídica, vinculadas ao poder público. São criadas por meio de lei específica e regulamentadas por decreto do executivo. As fundações públicas possuem autonomia administrativa, patrimônio próprio, e funcionamento custeado, principalmente, por recursos do poder público, ainda que sob a forma de prestação de serviço.
2. A que secretaria ou setor a assistência social está associada? (admite múltiplas respostas)
Educação.    Planejamento.    Saúde.    Habitação.    Segurança Alimentar.    Trabalho e/ou Emprego.    Direitos Humanos.    Outra. Qual?  Informar a qual secretaria, pasta ou setor o órgão gestor da Assistência Social está vinculado ou subordinado.
3. A Secretaria Estadual de Assistência Social possui estruturas administrativas descentralizadas (escritórios regionais ou similares)
Marque esta opção caso a Secretaria Estadual de Assistência Social possua estruturas administrativas em outros locais que não apenas na capital do Estado. Exemplo: escritórios regionais.
Sim
4. Quantos são os escritórios regionais (ou similares) da Assistência Social no Estado?
Indique, no campo abaixo, quantos escritórios regionais de Assistência Social existem no Estado.

5. Em que ano ocorreu a última atualização da Lei Estadual de Regulamentação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS?
Caso não exista Lei Estadual de Regulamentação do SUAS, marque a opção "Não possui Lei Estadual de Regulamentação do SUAS".
_ _  Não possui Lei Estadual de Regulamentação do SUAS
Informe <u>o ano</u> da
última atualização da Lei
6. Em que ano ocorreu a última atualização do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) com a respectiva aprovação pelo CEAS?
Indique o ano em que ocorreu a última atualização do Plano Estadual de Assistência Social aprovado pelo Conselho Estadual da Assistência Social.
Caso não exista regulamentação, marque a opção "Não possui Plano Estadual de Assistência Social".
_ _  Não possui Plano Estadual de Assistência Social
Informe <u>o ano</u> de atualização do Plano Estadual
ataanzagao ao 1 maro 25taada
7. Em que ano ocorreu a última atualização do Plano Estadual de Capacitação?
Informe a data da última atualização do Plano Estadual de Capacitação. Caso não exista regulamentação, marque a opção "Não possui Plano Estadual de Capacitação".
_ _  Não possui Plano Estadual de Capacitação
Informe o ano da última
atualização do Plano Estadual
de Capacitação

#### **BLOCO 3 – GESTÃO DO TRABALHO**

Atenção! Para responder as questões 8 e 9 considere as instruções abaixo:

As Secretarias Estaduais que são responsáveis pela gestão de outras políticas públicas, além da Política de Assistência Social, devem computar da seguinte maneira a quantidade de trabalhadores:

- trabalhadores que exercem exclusivamente funções/atividades ligadas à Assistência Social, mais;
- trabalhadores cujas funções/atividades estão ligadas tanto à assistência social como a outras
  políticas geridas pela Secretaria (Por exemplo: trabalhadores de áreas administrativas, financeiras
  ou contábeis que dão apoio ao conjunto de atividades das diversas políticas geridas pela Secretaria).

NÃO DEVEM SER COMPUTADOS os trabalhadores que exercem funções/atividades ligadas exclusivamente a outras políticas públicas geridas pela Secretaria

NÃO DEVEM SER COMPUTADOS os trabalhadores que exercem suas atividades em instituições de internação de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado.

8. Considerando APENAS os trabalhadores lotados na sede da Secretaria Estadual da Assistência Social (e nas administrações regionais, caso existam), indique o quantitativo de trabalhadores de acordo com o vínculo e escolaridade. Atenção! NÃO considere no quadro abaixo os trabalhadores que estão lotados nas Unidades Públicas que ofertam serviços socioassistenciais. Caso não possua, insira "0" (zero).

Tipo de Vínculo por	Ensino	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Escolaridade	<b>Fundamental</b>			
Estatutários	_ _ _			
Celetistas				
Somente Comissionados	_ _ _			_ _ _
Outros Vínculos				
Total	_ _	_		

Indique a quantidade de profissionais, funcionários e servidores que trabalham na Secretaria Estadual da Assistência Social, considerando os setores administrativos, área de gestão, mas SEM CONSIDERAR aqueles lotados nas unidades públicas que prestam serviços socioassistenciais (CRAS, CREAS, etc.).

Especifique o tipo de vínculo trabalhista, a escolaridade e a quantidade de trabalhadores do quadro de funcionários do órgão gestor da assistência social, incluindo trabalhadores que se encontram em férias ou licença.



**ATENÇÃO!** Caso a Secretaria de Assistência Social do Estado atue em conjunto com outro setor governamental, deve-se <u>contar os **trabalhadores que atuam EXCLUSIVAMENTE** na assistência social <u>e aqueles que atuam em **áreas comuns aos setores** (Ex. Setor de Pessoal, Setor Financeiro, Setor Contábil, etc.).</u></u>



Os trabalhadores que atuam exclusivamente para o outro setor NÃO devem ser contados.

#### **ESCOLARIDADE:**

**Ensino Fundamental**: Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino fundamental, ou seja, concluíram a 8ª série, e não ingressaram ou completaram o ensino médio.

**Ensino Médio:** Informar o número de funcionários, servidores, profissionais que completaram o ensino médio e não ingressaram ou completaram o ensino superior.

**Ensino Superior:** Informar o número de funcionários, servidores, profissionais que completaram o ensino superior, tendo concluído curso de graduação.

**Total:** Informar a soma de todos os funcionários, servidores, profissionais da Secretaria Estadual de Assistência Social informados nas linhas e nas colunas anteriores. Assim, informe conforme a escolaridade (linha), ou seja, quantos possuem ensino fundamental, ensino médio e ensino superior e o vínculo (coluna), quantos estatutários, celetistas, somente comissionados e outros vínculos o órgão gestor possui.

**Exemplo:** Se a Secretaria é composta por quatro (04) estatutários de nível fundamental, sete (07) estatutários de nível médio, dez (10) estatutários de nível superior; três (03) celetistas de fundamental, seis (06) celetistas de nível médio, nove (09) celetistas de nível superior; um (01) somente comissionado de nível fundamental, cinco (05) somente comissionado de nível médio, (08) somente comissionado 36 de nível superior; um (01) com outros vínculos de nível fundamental, dois (02) com outros vínculos de nível médio, dois (02) com outros vínculos de nível superior, o quadro ficaria da seguinte forma:

Tipo de Vínculo por	Ensino	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Escolaridade	Fundamental			
Estatutários	_0_ _4_	_0_ _7_	_1_ _0_	_2_ _1_
Celetistas	_0_ _3_	_0_ _6_	_0_ _9_	_1_ _8_
Somente Comissionados	_0_ 1_	_0_ _5_	_0_ _8_	_1_ _4_
Outros Vínculos	_0_ 1_	_0_ 2_	_0_ 2_	_0_ _5_
Total	_0_ _9_	_ 2_ _0_	_2_ _9_	_5_ _8_

9. Especifique o TOTAL de trabalhadores da Secretaria Estadual de Assistência Social (Sede + Serviços) de acordo com o vínculo e escolaridade. Atenção! Para o quadro abaixo devem ser somados os trabalhadores lotados na sede do órgão gestor, relatados na questão anterior, e os trabalhadores que estão lotados nas unidades públicas que ofertam serviços socioassistenciais. Caso não possua, insira "0" (zero).

Tipo de Vínculo por Escolaridade	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Estatutários				_ _ _
Celetistas	_ _ _	_ _ _	_ _ _	_ _ _
Somente Comissionados	_ _ _	_ _ _		_ _ _
Outros Vínculos	_ _ _	_ _ _	_ _ _	
Total				

Indique a quantidade de profissionais, funcionários e servidores que trabalham na Secretaria Estadual da Assistência Social, considerando os setores administrativos e área de gestão e considerando aqueles lotados nas unidades públicas que prestam serviços socioassistenciais.

Especifique o tipo de vínculo trabalhista, escolaridade e quantidade de trabalhadores do quadro de funcionários do órgão gestor da assistência social, inclusive aqueles trabalhadores em férias ou licença.

#### **ESCOLARIDADE:**

**Ensino Fundamental:** Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino fundamental, ou seja, concluíram a 8º série, e não ingressaram ou completaram o ensino médio.

**Ensino Médio:** Informar o número de funcionários, servidores, profissionais que completaram o ensino médio e não ingressaram ou completaram o ensino superior.

**Ensino Superior:** Informar o número de funcionários, servidores, profissionais que completaram o ensino superior, tendo concluído curso de graduação.

**Total:** Informar a soma de todos os funcionários, servidores, profissionais da Secretaria Estadual de Assistência Social informados nas linhas e nas colunas anteriores. Assim, informe conforme a escolaridade (linha), ou seja, quantos possuem ensino fundamental, ensino médio e ensino superior e o vínculo (coluna), quantos estatutários, celetistas, somente comissionados e outros vínculos o órgão gestor possui.

**Exemplo:** Se a Secretaria é composta por quatro (04) estatutários de nível fundamental, sete (07) estatutários de nível médio, dez (10) estatutários de nível superior; três (03) celetistas de fundamental, seis (06) celetistas de nível médio, nove (09) celetistas de nível superior; um (01) somente comissionado de nível fundamental, cinco (05) somente comissionado de nível médio, (08) somente comissionado de nível superior; um (01) com outros vínculos de nível fundamental, dois (02) com outros vínculos de nível médio, dois (02) com outros vínculos de nível superior, o quadro ficaria da seguinte forma:

Tipo de Vínculo por Escolaridade	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Estatutários	_0_ _4_	_0_ _7_	_1_ _0_	_ _ _2_ _1_
Celetistas	_0_ _3_	0_ _6_	_0_ _9_	_1_ _8_
Somente Comissionados	_0_ _1_	_0_ 5_	_0_ _8_	_1_ _4_
Outros Vínculos	_0_ 1_	_0_ 2_	_0_ 2_	_0_ 5_
Total	_0_ 9_	_2_ _0_	_2_ _9_	_5_ _8_

profission	ais segundo as áreas	de formação a	baixo listadas: Cas	so não possua, insira "0	" (zero).
Considere todos o	s trabalhadores independ	lentemente da fo	orma de contratação.		
b)	cólogo (a) dagogo (a) vogado (a) ropólogo (a)	j)   _  Ec k)   _  Ec l)   _  M m)   _  G	statístico conomista conomista Doméstico usicoterapeuta eógrafo	q)   _  OUTF	│ TOTAL de
g)   _  Ter	apeuta Ocupacional	n)     A o)   _ _  Gestão Pública	dministrador (a) Administrador Público		de Ensino
,	nador (a)	Cooler distor			
	e 2015, o Estado reali para Secretaria Estad				
Nível de Escolaridade	Realizou Concurso?	Quantidade de Vagas	O concurso já foi homologado?	Data da Homologação do Concurso	Quantidade de trabalhadores que tomaram posse
Nível Superior	Sim    Não		Sim    Não	_ /  /2015	
Nível Médio	Sim    Não		Sim    Não	_ /  /2015	
Informar se no a assistência social.	Se não foi realizado o responda as demais col no de 2015 houve concu Considere apenas trabalho concurso.	unas. urso público no e adore(a)s com o	s níveis de escolaridad	le médio e superior.	
	Considere apenas os c	oncursos com res	sultados homologados	s durante o ano de 2015.	
	<b>.ão</b> é o processo de ofici ealização do concurso.	alização do cond	curso por um órgão j	urídico ou administrativo	o. A homologação é a
Sim, para t	rabalhadores de Nível	Superior.			
	o caso o(s) concurso(s) rea preencher esta opção, re			isto o preenchimento de	vagas para o cargo de
Quantidade de	Vagas.   _ _				
Não, para t	rabalhadores de Nível	Superior.			
	o caso não tenha sido real icia Social no ano de 2015	-		_	
	ogação do Concurso   nstrumento legal, seja Lei		<b>015.</b> taria, que homologou	o concurso, no formato o	ld/mm.

Quantidade de Trabalhadores que tomaram posse |\_\_|\_|\_|.

Responder numericamente a quantidade no limite até 999.

10. Dos trabalhadores de nível superior da Assistência Social (Sede + Serviços), indique a quantidade de

Não, para trabalhadores de Nível Médio. Indicar esta opção caso não tenha sido realizado concurso público para preenchimento de cargos de nível médio para o órgão gestor da Assistência Social no ano de 2015. Neste caso não responda as demais questões que constam nesta linha.
Sim, para trabalhadores de Nível Médio. Indicar esta opção caso o(s) concurso(s) realizados no ano de 2015 tenha(m) previsto o preenchimento de vagas para cargo de nível médio. Ao preencher esta opção, responda as seguintes:
Quantidade de Vagas.   _
Data de Homologação do Concurso   _   _  /  _   _  /2015. Indicar a data do instrumento legal, seja Lei, Decreto ou Portaria, que homologou o concurso, no formato dd/mm.
Quantidade de Trabalhadores que tomaram posse   _   _   _  .  Responder numericamente a quantidade no limite até 999.
Atenção! Para responder as questões 12 e 13 considere que segundo a <u>NOB/SUAS 2012</u> , as atividades de monitoramento e avaliação integram o escopo de atividades da Vigilância Socioassistencial, portanto, os profissionais que atuam nestas atividades devem computados como profissionais envolvidos nas atividades de Vigilância.
12. O estado possui profissional(s) exclusivamente dedicado(s) às atividades de Vigilância Socioassistencial?
Sim  Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social tenha profissionais dedicados exclusivamente às atividades de monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial.     Não (pule para a questão 14)  Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social NÃO disponha de profissionais dedicados exclusivamente às atividades de monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial.
13. Caso sim, informe a quantidade de profissionais exclusivo(s) da área de Vigilância Socioassistencial:  Caso não possua, insira "0" (zero).
Informe a quantidade de profissionais exclusivos da área de Vigilância Socioassistencial, detalhando o número de profissionais de nível superior e médio e a quantidade total (soma do número de profissionais de nível superior e de nível médio).

#### **BLOCO 4 – GESTÃO FINANCEIRA**

\_|Não apresentou.

#### 14. Os recursos aplicados na Assistência Social no estado são alocados na unidade Orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social?

O financiamento da Assistência Social é compartilhado entre os entes federados, processo chamado de cofinanciamento. Embora não exista percentual mínimo para o cofinanciamento da política de assistências social, o parágrafo único, do art. 30, da Lei Orgânica da Assistência Social estabelece a necessidade da comprovação orçamentária dos recursos próprios alocados no respectivo Fundo, como condição legal para o recebimento dos repasses dos recursos federais aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

Ao determinar a constituição dos Fundos de Assistência Social como Unidade Orçamentária, a NOB SUAS objetivou propiciar aos conselhos e à sociedade, condições de verificar e comprovar a execução dos recursos financeiros destinados à política de

assistência social. Entretanto, pode ocorrer que a gestão estadual aloque recursos próprios, sem registrá-los à conta do Fundo Estadual da Assistência Social - FEAS.
Informe se os recursos próprios são registrados no FEAS.
Sim, a totalidade dos recursos próprios é registrada no FEAS.    Sim, a maior parte dos recursos próprios é registrada no FEAS.    Sim, a metade dos recursos próprios é registrada no FEAS.    Sim, a menor parte dos recursos próprios é registrada no FEAS.    Não, os recursos próprios do ESTADO não são registrados no FEAS.
15. O ordenador de despesas do FEAS é? (resposta única)
Para responder este item considere as definições abaixo.
Ordenador de despesa é todo e qualquer agente público de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento ou dispêndio de recursos do Estado. É pessoa investida legalmente de competência para assumir obrigações em nome de ente da Federação. A ordenação de despesa poderá ser objeto de delegação de competência mediante ato específico. (art. 21, § 2º, LRF).
Informe quem é o ordenador de despesas na esfera estadual.
O Governador.    O Secretário(a) Estadual da Assistência Social.    Outro funcionário da Secretaria de Assistência Social.    Secretário ou técnico de outra área.
16. No ano de 2015, com que frequência o Órgão Gestor Estadual apresentou ao Conselho Estadual de Assistência Social relatório de execução física e financeira das ações de assistência social: (resposta única)
O Conselho Estadual de Assistência Social em sua função de acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, fiscalizar a oferta dos serviços socioassistenciais por unidades públicas e privadas, a oferta de benefícios, a execução de programas e projetos, bem como a utilização dos recursos financeiros para este propósito.
Para realizar estas atribuições é essencial que o órgão gestor disponibilize periodicamente relatórios sobre a execução física e a execução financeira de programas e serviços da assistência social.
Indique com que frequência a apresentação de relatórios de execução física e financeira.
Mensalmente.   Bimestralmente.   Semestralmente.   Anualmente.

17. Especifique as receitas e despesas do estado na área de Assistência Social no ano de 2015, informando o valor total de recursos próprios alocados e o valor total das despesas executadas com recursos próprios estaduais. (Atenção! O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS PELO GOVERNO FEDERAL NÃO DEVE SER INFORMADO) (Atenção! Considerar despesas do Fundo e do Órgão Gestor, incluindo somente as que são relacionadas aos serviços, programas, projetos, incentivo financeiro para Gestão do SUAS e benefícios socioassistenciais) (Atenção! Considerar despesas efetivamente pagas, no quadro de despesa)

Previsão de recursos:	2015
Valor alocado referente aos recursos próprios do estado (exceto repasses e transferências a municípios)	
Despesa:	2015
Valor da despesa realizada com recursos próprios do estado	

Valor alocado referente aos recursos próprios do estado - Informe o valor dos recursos próprios do estado que foi alocado no Fundo Estadual de Assistência Social, excluindo os valores de repasses e transferências a municípios.



Atenção! O valor das transferências realizadas pelo governo federal não deve ser informado

Valor da despesa realizada com recursos próprios do estado - Informe o valor da despesa na área da Assistência Social realizada com recursos próprios.





Considerar despesas efetivamente pagas no quadro de despesa.

Atenção! Considerar despesas do Fundo e do Órgão Gestor, incluindo somente as que são relacionadas aos serviços, programas, projetos, incentivo financeiro para Gestão do SUAS e benefícios socioassistenciais

### BLOCO 5 – SERVIÇOS E BENEFÍCIOS

(Indique todas as ofertas executadas diretamente pelo Estado)
Marque o nível de proteção social e informe qual serviço socioassistencial a Secretaria Estadual de Assistência Social executa <b>DIRETAMENTE</b> .
I I Sim da Proteção Social Básica Qual?
Sim, da Proteção Social Básica. Qual?
Sim, da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Qual?
——————————————————————————————————————
19. A Secretaria Estadual de Assistência Social possui convênios com entidades para prestação de serviços socioassistenciais? (admite múltiplas respostas, exceto se marcar que não possui convênios).
Não possui convênios celebrados com entidades (pule para a questão 22).
Caso a Secretaria Estadual não possua convênio com entidades para prestação de serviços socioassistenciais, marque esta opção
e pule para a questão 22.
Sim, para serviços de proteção social básica.  Marque essa opção se a Secretaria Estadual possui convênio com entidades para prestação de serviços de proteção social básica.
iviarque essa opção se a secretaria Estadual possui convenio com entidades para prestação de serviços de proteção sociai basica.
Sim, para serviços de proteção social especial de média complexidade.
Marque essa opção se a Secretaria Estadual possui convênio com entidades para prestação somente de serviços de proteção
social especial de média complexidade
Sim, para serviços de proteção social especial de alta complexidade.
Marque essa opção se a Secretaria Estadual possui convênio com entidades para prestação somente de serviços de proteção
social especial de alta complexidade
20. Quantidade total de entidades que recebem recurso da Secretaria Estadual de Assistência Social por convênio:
Convenio.
Informe o número de entidades que recebem recurso, por meio de convênios, da Secretaria Estadual de Assistência Social.
entidades.
21. Destas entidades que recebem recurso da Secretaria por convênio, indique a quantidade por nível de
proteção do serviço ofertado: Caso não possua, insira "0" (zero).
_  entidades que prestam serviços de proteção social básica.
Informe o número de entidades que recebem recurso, por meio de convênio, com a Secretaria Estadual para prestação de
serviços de proteção social básica.
_  entidades que prestam serviços de proteção social especial de média complexidade.
Informe o número de entidades que recebem recurso, por meio de convênio, com a Secretaria Estadual para prestação de
serviços de proteção social especial de média complexidade.
_  entidades que prestam serviços de proteção social especial de alta complexidade.
Informe o número de entidades que recebem recurso, por meio de convênio, com a Secretaria Estadual para prestação de
serviços de proteção social especial de alta complexidade.

18. A Secretaria Estadual de Assistência Social executa <u>diretamente</u> algum serviço Socioassistencial?

Atenção! Considere "concessão" o ato de decidir sobre o direito de acesso ao Benefício, independente do local da entrega.
Sim
Marque essa opção se estado realiza concessão de Benefícios Eventuais da assistência social.
Não (pule para a questão 24) Marque essa opção se o estado NÃO realiza concessão de Benefícios Eventuais da assistência social. Nesse caso, pule para a questão 24.
23. Caso sim, quais são os Benefícios Eventuais concedidos? (admite múltiplas respostas)
Sendo positiva a resposta na <b>questão 22</b> , caracterize os Benefícios Eventuais concedidos entre as opções abaixo, podendo marcar mais de uma opção:
Auxílio Funeral     Auxílio Natalidade
Adxilio Natalidade    Benefício Eventual para situação de calamidade pública.
Caso nenhuma das três opções acima contemple o(s) tipo(s) de Benefício(s) que é/são concedido(s), ainda é possível marcar a opção "Outros" e nomeá-los no campo "Quais?":
Outros. Quais?
24. O Governo do Estado possui algum Programa PRÓPRIO de Transferência de Renda (transferência de
recursos estaduais de forma constante a um público específico)?
Sim
Marque essa opção se Estado possui algum Programa PRÓPRIO de Transferência de Renda (transferência de recursos estaduais de forma constante a um público específico).
Não <i>(pule para a questão 27).</i>
Marque essa opção se Estado <b>NÃO</b> possui algum Programa PRÓPRIO de Transferência de Renda (transferência de recursos estaduais de forma constante a um público específico). <b>Nesse caso, pule para a questão 27</b> .
25. Quantos beneficiários havia nesse Programa próprio de Transferência de Renda no mês de agosto de
2016?
Indique o número de beneficiários que o Programa de Transferência de Renda próprio do Estado atendia no <u>mês de agosto de 2016.</u>
_ _  beneficiários
26. Informe o valor total transferido pelo Estado para os beneficiários, no mês de Agosto de 2016 (considere apenas os recursos próprios do Estado).
Considerando apenas os recursos do próprio do Estado para o Programa de Transferência de Renda, indique o valor total transferido para os beneficiários no mês de agosto de 2016

R\$ |\_\_|.|\_\_|,|\_\_|

22. O estado realiza concessão de Benefícios Eventuais da assistência social?

### BLOCO 6 – APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS

|\_\_| Outras formas. Especifique:\_

## 27. O planejamento de apoio técnico aos municípios foi pactuado na CIB?

Entende-se por <b>apoio técnico</b> atividades de assessoria e apoio, envolvendo a produção e distribuição de material técnico; capacitações presenciais e capacitações à distância; assessoramento técnico de forma presencial no município; assessoramento técnico à distância, entre outras atividades, que tenham por objetivo o aprimoramento da gestão e a melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população.
Sim
Marque essa opção caso o Estado possua um plano de apoio que tenha sido pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para os municípios.
Não
Marque essa opção caso não haja planejamento de apoio pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
28. O apoio técnico do Estado aos municípios inclui: (admite múltiplas respostas)
Indicar a forma ou os meios utilizados para a realização do apoio técnico e/ou assessoria aos municípios:
Produção e distribuição de material técnico; Indica que o estado elabora ou produz material próprio, que pode ser na modalidade de livros, cadernos, livretos, artigos, áudios, vídeos, entre outros, e distribui para os municípios como forma de orientação, apoio, assessoria;
Elaboração de normativas e instruções operacionais para orientação dos municípios; Indica que o estado elabora normativas e/ou instruções operacionais (normas básicas, orientações técnicas, entre outros) para orientar o trabalho nos municípios.
Capacitações presenciais; Modalidade de capacitação que reúne presencialmente os participantes em um mesmo local.
São consideradas ações de capacitação, aquelas que contemplam tanto a aquisição de novos conhecimentos, habilidades e atitudes, quanto o desenvolvimento de características comportamentais que preparem o servidor público para a prestação de serviços à população. São exemplos de capacitação presencial, entre outras, as modalidades: curso, oficina, seminário, jornada, simpósio, workshop, congresso, encontro, painel, conferência, fórum e palestra.
Capacitações à distância; Modalidade de capacitação que permite que os participantes não estejam fisicamente presentes em um ambiente formal de ensino-aprendizagem e possibilita horários de estudo flexíveis. A capacitação à distância pode ocorrer, com ou sem o apoio de tutores, por meio de computadores conectados à internet, de vídeos, de programas de rádio, etc.
Assessoramento técnico de forma presencial no município; Diz respeito à assessoria feita com a ida de um ou mais técnicos do estado ao município com objetivo estabelecido.
Assessoramento técnico à distância;

Indique outras formas de apoio que foram prestados aos municípios que não estão relacionados nesta lista.

29. Quantos municípios do estado receberam visitas técnicas da Secretaria Estadual de Assistência Social no ano de 2015? Caso não possua, insira "0" (zero).
Conforme Resolução CIT n.º 08/2010, art. 10 que estabelece as responsabilidades dos entes, está previsto que cabe aos estados realizar visitas de acompanhamento e apoio técnico em todos os municípios que não cumpriram as metas para o período anual encerrado, para aqueles que forem sorteados e sempre que necessário.
Indicar abaixo o número de municípios que receberem visitas técnicas do órgão gestor da assistência social do estado, no ano de 2015.
30. O estado realiza algum cofinanciamento aos municípios (Resposta única)
Existem duas modalidades de transferência de recursos públicos entre os entes federados: a "convenial" (transferências voluntárias) e a "fundo a fundo" (transferências legais, regular e automática).
Indique se o Estado cofinancia os Municípios e a modalidade em que ocorre essa transferência.
Sim, fundo-a-fundo.    Sim, por convênio <i>(pule para a questão 34).</i>    Sim, ambos    Não <i>(pule para a questão 40).</i>
31. Existe Decreto ou Lei Estadual que regulamenta o repasse fundo-a-fundo?
Um fundo público para ser constituído, necessariamente, precisa de uma autorização legal, decreto ou lei estadual, conforme estabelece o inciso IX, do Art. 167 da <u>Constituição Federal</u> .
A pergunta quer identificar se existe alguma regulamentação legal, decreto ou lei estadual, orientando o repasse de recursos para os fundos municipais da assistência social.
Sim
32. Como é organizado o cofinanciamento fundo-a-fundo para os serviços socioassistenciais? <i>(Resposta Única)</i>
Se a Secretaria de Estado da Assistência Social ou congênere realiza transferência de recursos a municípios, informe se o cofinanciamento é efetuado especificamente por serviço socioassistencial, por tipo de Proteção ou se é comum a todos os serviços.
Considere apenas o repasse na forma "fundo-a-fundo" (transferências legais, de forma regular e automática).
O cofinanciamento é realizado por serviço socioassistencial (PAIF, PAEFI, entre outros)    O cofinanciamento é realizado por nível de proteção (Proteção Social Básica/Proteção Social Especial - Média ou Alta Complexidade)    O cofinanciamento é comum a todos os serviços socioassistenciais
Outra organização. Qual?
33. Com que frequência, geralmente, é efeito o repasse fundo-a-fundo do estado para o município? (Resposta única)
Identifique qual das opções de temporalidade mais se aproxima da realidade do prazo utilizado para ocorrer o repasse fundo a fundo. Admite-se apenas uma única resposta.
Mensalmente    Semestralmente    Bimestralmente    Anualmente    Trimestralmente    Não possui frequência regular

#### 34. O cofinanciamento realizado é destinado a: (Admite múltiplas respostas)

Se a Secretaria de Estado da Assistência Social ou congênere realiza transferência de recursos a municípios, informe a qua nível de Proteção Social se destina esta transferência, considerando o repasse tanto na forma "convenial" (transferências voluntárias por meio de convênios), como na forma "fundo-a-fundo" (transferências legais, regular e automática).

Considere serviços socioassistenciais aqueles descritos na Resolução CNAS nº 109/2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

#### |\_\_ | Serviço de Proteção Social Básica

Marque essa opção se o Estado cofinancia serviços de Proteção Social Básica.

Conforme a <u>Lei orgânica de Assistência Social - LOAS</u>, em seu artigo 6ºA, Inciso I, alterado pela <u>Lei 12.435/2011</u>, a Proteção Social Básica é o "conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários".

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), a Proteção Social Básica é composta pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e pelo Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

#### |\_\_| Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Marque essa opção se o Estado cofinancia serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Conforme a <u>Lei orgânica de Assistência Social - LOAS</u>, em seu artigo 6ºA, Inciso II, alterado pela <u>Lei 12.435/2011</u>, a Proteção Social Especial é o "conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos". De acordo com a <u>Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n.º 109/2009)</u>, a Proteção Social Especial de Média Complexidade é composta pelos seguintes serviços:

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

#### | | Servico de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Marque essa opção se o Estado cofinancia serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

De acordo com a <u>Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais</u> (<u>Resolução CNAS n.º 109/2009</u>), a **Proteção Social Especial** de Alta Complexidade é composta pelos seguintes serviços:

Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

#### |\_\_| Benefícios Eventuais

Marque essa opção se o Estado cofinancia a oferta de Benefícios Eventuais

O <u>Decreto n.º 6.307/2007</u> dispõe que "benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública".

#### Incentivo financeiro para Gestão do SUAS

Marque essa opção caso o Estado realize transferência de recursos a municípios com o objetivo de aprimorar a Gestão do SUAS.

Marque a opção permitida.	"sim" se o cofinanciamento permite pagamento de pessoal e "não" no caso dessa possibilidade não se
Sim	Não
	e 2015 o estado construiu ou financiou a construção e/ou reforma de unidades municipais da cia Social (CRAS/CREAS/etc.)?
	construção e/ou reforma direta pelo estado de unidades da assistência social nos municípios. ha diretamente financiado a construção ou a reforma de unidades da assistência social nos municípios marque
Sim, houv	ve repasse de recursos aos municípios para construção e/ou reforma de unidades da ial.
	nha realizado repasse de recursos aos municípios para construção e/ou reforma de unidades da assistência
Não.	
Assistência Social.	io caso o estado <b>NÃO</b> tenha construído ou financiado a construção e/ou reforma de unidades municipais da

35.O cofinanciamento realizado permite pagamento de pessoal (recursos humanos)?

## 37. Especifique as características do cofinanciamento destinado aos Serviços Socioassistenciais: Caso não possua, insira "0" (zero).

Identifique inicialmente a quantidade de municípios com financiamento estadual na primeira coluna, sendo ele realizado por meio de convênio e/ou transferência fundo a fundo. Destes, escreva na segunda coluna a quantidade de municípios que recebam o cofinanciamento estadual fundo-a-fundo e, na terceira coluna, apresente a quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por convênio.

Serviços	Total de municípios com cofinanciamento estadual (convênio e/ou fundo-a-fundo)*	Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual fundo-a- fundo	Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio	
Total de Municípios cofinanciados	_ _	_ _		
a) Cofinanciamento para Proteção Social Básica.	_ _ _	_ _	_	
b) Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Média Complexidade.		_ _ _		
c) Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Alta Complexidade.	_ _	_ _		

<sup>\*</sup>O total não pode ser maior que o número de municípios do Estado.

As respostas serão numéricas e todos os campos deverão ser preenchidos. Caso não haja o que informar, preencha com "0" (zero). Indique o quantitativo de municípios cofinanciados pela Secretaria de Estado da Assistência Social, conforme a modalidade de repasse dos recursos.

#### Atenção!

Um mesmo município pode, simultaneamente, receber recursos nas modalidades fundo-a-fundo e por convênio. Por isso, as quantidades totais não precisam ser necessariamente o resultado da adição da "Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual fundo-a-fundo" MAIS a "Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio". Ou seja, <u>na quantidade total o município deverá ser contado UMA ÚNICA V</u>EZ.

O mesmo cuidado deve ser tomado em relação aos níveis de proteção: "Cofinanciamento para Proteção Social Básica"; "Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Média Complexidade"; e "Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Alta Complexidade".



O Total de Municípios cofinanciados não poderá ser maior que a quantidade de municípios que existem no Estado.

38. Especifique as características do cofinanciamento destinado aos Benefícios Eventuais: Caso não possua, insira "0" (zero).

Indique a quantidade de municípios e a modalidades do cofinanciamento dos benefícios eventuais.

Benefícios Eventuais	Quantidade total de municípios com cofinanciamento estadual (fundo-a-fundo e/ou convênio).*	Quantidade de municípios com cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio
Total de Municípios cofinanciados			_ _

<sup>\*</sup>O total não pode ser maior que o número de municípios do Estado.



O Total de Municípios cofinanciados não poderá ser maior que a quantidade de municípios que existem no Estado.

#### Atenção!

Um mesmo município pode, simultaneamente, receber recursos nas modalidades fundo-a-fundo e por convênio. Por isso, as quantidades totais não precisam ser necessariamente a soma do "quantitativo de municípios com cofinanciamento estadual fundo-a-fundo" MAIS a "Quantidade de municípios com cofinanciamento estadual por meio de convênio". Ou seja, na quantidade total, o município deverá ser contado UMA ÚNICA VEZ.

O mesmo cuidado deve ser tomado em relação ao tipo de benefício eventual concedido "auxílio funeral", "auxilio natalidade" e/ou "outros".

O <u>Decreto n.º 6.307/2007</u> dispõe que "benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública".

A <u>Lei orgânica de Assistência Social - LOAS</u>, em seu artigo nº 13, estabelece como uma das competências estaduais a destinação de "recursos financeiros aos municípios, a título de participação no custeio do pagamento de auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social".

#### 39. Especifique o total de recursos próprios repassados aos municípios em 2015:

Valor repassado aos municípios na modalidade fundo a fundo: Trata-se de recursos estaduais repassados automaticamente do fundo estadual aos fundos municipais, independentemente de celebração de convênio, ajuste, acordo ou contrato, e serão aplicados segundo as prioridades estabelecidas nos planos de assistência social aprovados pelos respectivos Conselhos.

Valor repassado aos municípios na modalidade convênio: Trata-se de recursos repassados aos municípios por acordo ou ajuste que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Recursos repassados aos municípios	2015
Valor repassado aos municípios na modalidade fundo a fundo	
Valor repassado aos municípios na modalidade convênio	

#### BLOCO 7 - COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB)

40.Indique qual a composição da CIB de acordo com a representação, do porte dos municípios e representação estadual: Caso não possua, insira "0" (zero).

Conforme dispõe a NOB SUAS 2012, em seu art. 136, §1º, as Comissões Intergestores Bipartite - CIBs devem contar com representação do estado e dos municípios em seu âmbito, levando em conta o porte dos municípios e sua distribuição regional.

#### Classificação dos Municípios segundo Porte:

Pequeno Porte I – até 20.000 habitantes Pequeno Porte II – entre 20.001 a 50.000 habitantes Médio Porte – entre 50.001 a 100.000 habitantes Grande Porte – entre 100.001 a 900.000 habitantes Metrópoles – acima de 900.000 habitantes

Ainda de acordo com a NOB SUAS 2012, as CIBs deverão possuir a seguinte composição:

- I 06 (seis) representantes do Estado e seus respectivos suplentes, indicados pelo gestor estadual da política de assistência social;
- II 06 (seis) representantes dos Municípios e seus respectivos suplentes, indicados pelo COEGEMAS,
   observando a representação regional e o porte dos municípios, de acordo com o estabelecido na Política
   Nacional de Assistência Social PNAS, sendo:
- a) 02 (dois) representantes de municípios de pequeno porte I;
- b) 01 (um) representante de municípios de pequeno porte II;
- c) 01 (um) representante de municípios de médio porte;
- d) 01 (um) representante de municípios de grande porte; e
- e) 01 (um) representante da capital do Estado.

Indique a composição da CIB, especificando a quantidade de titulares e suplentes, conforme o porte do município.

Representação Estadual e de acordo com o Porte	Representação		
dos Municípios	Quantidade de Titulares	Quantidade de Suplentes	
Representantes da Gestão Estadual		_	
Representantes de Municípios de Pequeno Porte I		_	
Representantes de Municípios de Pequeno Porte II		_	
Representantes de Municípios de Médio Porte	_ _	_ _	
Representantes de Municípios de Grande Porte	_ _	_ _	
Representantes de Metrópoles/capitais	_ _	_	

41. Existe algum critério de representação regional na CIB?
Sim Marque essa opção se é adotado algum critério de representação regional na CIB.
Não <i>(pule para a questão 43)</i> Marque essa opção se <b>NÃO</b> é adotado algum critério de representação regional na CIB.

42. Se sim, há rotatividade na representação por região do Estado?
Se a sua resposta na questão anterior foi <b>SIM</b> responda se há rotatividade na representação por região:
<b>Sim</b> Marque essa opção se é adotado alguma rotatividade por região do Estado.
<b>  Não</b> Marque essa opção se é adotado alguma rotatividade por região do Estado.
43. Os gestores municipais foram indicados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS ou similar)?
Informe se os membros da CIB que representam os municípios foram indicados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS, ou similar.
Sim Marque essa opção caso todos os gestores municipais, membros da CIB, tenham sido indicados pelo COEGEMAS.
<b>Não</b> Marque essa opção caso nem todos ou nenhum dos gestores municipais que compõem a CIB tenham sido indicados pelo COEGEMAS ou similar.
44. A OID mastures a calculária de massifica andicária accuelo
44. A CIB pactuou o calendário de reuniões ordinárias anual?
Sim Marque essa opção se a CIB pactuou o calendário de reuniões ordinárias anual.
Não Marque essa opção se a CIB NÃO pactuou o calendário de reuniões ordinárias anual.
45. Com qual periodicidade a CIB se reuniu no ano de 2015 <i>(resposta única)</i>
Marque a opção que melhor expressa a periodicidade das reuniões da CIB em 2015:
Mensalmente
46. Quantas reuniões a CIB realizou no ano de 2015?
Marque em algarismo pumárico atá a número 00 a quantidade de reuniãos de CID realizadas, no conital de Estado, no one de
Marque em algarismo numérico até o número 99 a quantidade de reuniões da CIB realizadas, na capital do Estado, no ano de 2015.
47. Ouentee reuniães descentralizados e CID reclizar na cua de 20450
47. Quantas reuniões descentralizadas a CIB realizou no ano de 2015?
Reuniões descentralizadas são aquelas que foram realizadas fora da capital do Estado.
Informe a quantidade de reuniões <b>descentralizadas</b> da CIB realizadas no ano de 2015.
1 1 1

#### BLOCO 8 – APOIO AO EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL

#### 48. O orçamento da assistencia social no Estado prevê recursos específicos para o CEAS (ou CAS/DF)

Conforme o art. nº 16 da <u>Lei orgânica de Assistência Social - LOAS</u>, parágrafo único, "os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições. (Incluído <u>pela Lei nº 12.435, de 2011</u>)".

Considere para esta questão que recursos específicos são os recursos orçamentários do órgão gestor da assistência social que são reservados e transferidos regularmente ao conselho para sua manutenção e funcionamento. |\_\_| Sim Marque esta opção para os casos em que o órgão gestor estadual da assistência transfere regularmente recursos para o funcionamento do conselho. |\_\_| Não Marque esta opção para os casos em que não haja transferência de recursos do órgão gestor da assistência social para a manutenção do Conselho. 49. A Secretaria fornece ajuda de custo (passagens e diárias) para os conselheiros participarem das reuniões do CEAS (ou CAS/DF) e das Conferencias Estaduais? (resposta única) Conforme o art. 16 da Lei orgânica de Assistência Social - LOAS, parágrafo único, "os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)" | | Sim, somente fornece ajuda de custo para participação nas reuniões do CEAS. Indique esta opção caso o órgão gestor disponibilize ajuda de custo (passagens e diárias) apenas para a participação dos conselheiros nas reuniões do CEAS. | | Sim, somente fornece ajuda de custo para participação nas conferências estaduais. Indique esta opção caso o órgão gestor disponibilize ajuda de custo apenas para a participação dos conselheiros nas conferências estaduais. |\_\_| Sim, para ambas. Indique esta opção caso o órgão gestor disponibilize ajuda de custo tanto para a participação em reuniões do CEAS quanto para as Conferências estaduais.

Indique esta opção caso o órgão gestor não disponibilize ajuda de custo para os conselheiros participarem das reuniões e

|\_\_| Não.

conferências estaduais.

## 50. No ano de 2015 o estado realizou/promoveu cursos de capacitação para os conselheiros estaduais ou municipais da assistencia social?

Informar se, no ano de 2015, os conselheiros da Assistência Social do Estado/DF ou dos municípios tiveram acesso a curso(s) de capacitação promovido(s) ou realizado(s) pelo Estado/DF.

Indicar a modalidade do curso, se presencial ou à distância e o número de conselheiros capacitados.

A pergunta admite mais de uma marcação, tendo em vista a possibilidade de realização de mais de um curso de capacitação no ano de 2015.

Entende-se por capacitação as atividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões.

Exemplo: caso o estado tenha promovido ou realizado capacitações a distância para conselheiros estaduais e municipais e uma capacitação presencial para conselheiros estaduais o quadro ficará da seguinte forma:

Realização de Cursos de Capacitação para Cor	Qual o número de conselheiros capacitados	
Capacitação <u>presencial</u> para os conselheiros estaduais.	Sim    Não	
Capacitação à distância para os conselheiros estaduais.	Sim    Não	
Capacitação <u>presencial</u> para os conselheiros municipais.	Sim    Não	
Capacitação à distância para os conselheiros municipais.	Sim    Não	

#### **BLOCO 9 - PESSOAS DE REFERÊNCIA**

51. Indique a PRINCIPAL pessoa de referencia e a SEGUNDA principal pessoa de referencia para cada uma das áreas listadas abaixo, independentemente de haver subdivisão administrativa constituídas, preenchendo as informações de contato:

#### Atenção! Para responder a questão abaixo, considere as seguintes instruções:

- 1. Os servidores indicados como pessoas de referência deverão estar cadastrados no CadSUAS na aba "Recursos Humanos" do Órgão Gestor/Secretaria Estadual. Caso a pessoa ainda não tenha sido cadastrada, o digitador será redirecionado para o CADSUAS **e deverá efetuar o preenchimento** <u>integral</u> dos dados da pessoa.
- 2. Em "denominação do cargo", coloque o nome integral do cargo, por exemplo, Gerente da Proteção Social Básica; Superintendente da Vigilância Socioassistencial, Diretor de Gestão do SUAS, e assim por diante).
- 3. Uma mesma pessoa pode estar vinculada a mais de uma área, que esteja sob sua responsabilidade.

	Nome	CPF	E-mail	Telefone	Denominação do Cargo
Proteção Social Básica	1) 2)				
Proteção Social Especial	1) 2)				
Gestão de Benefícios Assistenciais (BPC, Benefícios Eventuais, Bolsa Família)	1) 2)				
Vigilância Socioassistencial (Inclusive áreas de monitoramento e avaliação)	1) 2)				
Gestão do Trabalho	1) 2)				
Gestão Financeira e Orçamentária	1) 2)				

## BLOCO 10 – RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

Identificação do agente responsável, no órgão gestor da Assistência Social, pelas informações declaradas	
neste formulário:	
Nome Legível:	
CPF:	Data: / /
Cargo/Função:	
Telefone: () Ema	il:
Assinatura:	
Identificação do representante da Vigilância Socioassistencial:	
Não há representante da Vigilância designado no estado <i>(finalizar o questionário)</i>	
Nome:	
CPF:	
Cargo/Função:	
Telefone: ()Email:	
Assinatura:	

Este formulário original, após a digitação dos dados, deve permanecer arquivado naSecretaria de Estado de Assistência Social (ou congênere).